

PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



Desafios para aplicação das inovações trazidas pelo Pacote Anticrime

Autor(es)

Marcos Paulo Andrade Bianchini
Fernando César Saraiva Landim

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNIVERSIDADE FUMEC

Introdução

A Lei nº 13.964/2019, conhecida popularmente como 'Pacote Anticrime', promoveu diversas modificações no processo penal brasileiro. Dentre essas mudanças, destacam-se a implementação do juiz de garantias e medidas que buscam o fortalecimento do modelo acusatório. Essas mudanças representaram um passo importante a fim de se ter uma justiça criminal imparcial. O Pacote anticrime garantiu de forma mais clara a separação dos papéis do juiz e do Ministério Público, reafirmando a imparcialidade do juiz sem que haja qualquer interferência durante a fase investigativa. No entanto, esta transição não foi fácil. O sistema jurídico brasileiro ainda é muito marcado por práticas inquisitivas e enfrenta desafios para se adaptar a esta mudança. Parte dessa resistência se deve ao próprio Judiciário que está acostumado a operar de um determinado modo há anos.

Objetivo

A pesquisa visa investigar os obstáculos na adoção do sistema acusatório no processo penal do Brasil, com ênfase particular no juiz de garantias. Pretende-se averiguar se a legislação atual contribui para um julgamento mais imparcial, mantendo os valores constitucionais.

Material e Métodos

Esta análise se baseou em decisões recentes do STF e no estudo de doutrinas jurídicas, nas quais os votos e argumentos de ministros do Pretório Excelso foram avaliados, principalmente no que tange a constitucionalidade do Juiz de Garantias. Além disso, a pesquisa considera as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADI) movidas contra a lei para entender os pontos de resistência. A doutrina de Aury Lopes Jr. foi usada para contextualizar as críticas ao modelo inquisitivo. Por fim, este estudo traz uma comparação com sistemas acusatórios de outros países latino-americanos, que já adotaram medidas semelhantes ao Brasil, a fim de identificar padrões e diferenças.

Resultados e Discussão

A análise mostra que a resistência à implementação do sistema acusatório no Brasil é forte e parte de uma tradição inquisitiva enraizada no Judiciário. Logo após a promulgação da Lei nº 13.964/2019, surgiram ações de inconstitucionalidade de associações de magistrados e partidos políticos, contestando artigos que estabeleciam o Juiz de Garantias. O STF, em uma decisão monocrática, suspendeu parte da lei, o que destaca o

PROCESSO E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL: O DIREITO PROCESSUAL NO AMPARO À CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE



conservadorismo judicial que ainda prevalece. Outro exemplo é o apelido inquérito das fake news, instaurado de ofício pelo STF, que questiona a separação de funções defendida no modelo acusatório. Além disso, dispositivos antigos do Código de Processo Penal, que permitem ao juiz agir de ofício em questões como prisão preventiva e produção de provas, continuam a contradizer a nova estrutura acusatória, enfraquecendo a aplicação da lei e mantendo o sistema penal em um estado híbrido.

Conclusão

A transição do sistema penal brasileiro para um modelo acusatório, com a aplicação plena do Pacote Anticrime, só será possível com uma mudança de mentalidade partindo de dentro do próprio Poder Judiciário. As resistências ainda encontradas revelam que há um caminho a ser trilhado para que o sistema acusatório se consolide, garantindo maior imparcialidade e respeito aos direitos constitucionais dos acusados. Esse processo de adaptação é essencial para o aprimoramento da justiça penal no Brasil.

Referências

- BOSCHI, José Antonio Paganella. O sistema acusatório na lei nº 13.964/2019. Revista da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 26, p. 516–534, 2020. Disponível em: <https://revista.defensoria.rs.def.br/defensoria/article/view/50>. Acesso em: 07 nov. 2024.
- LOPES JR., Aury. Direito processual penal. 16. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2021.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Lei n.º 13.964, de 24 de dezembro de 2019. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 dez. 2019.